



## **AValiação DAS Condições DE ACESSIBILIDADE EM EDIFICAÇÃO HISTÓRICA DE FLORIANÓPOLIS: O CASO DO ARMAZÉM VIEIRA**

**Isabela Fernandes Andrade (1); Eliane Maria Benvegnu (2); Vera Helena Bins Ely (3)**

(1) Arquiteta, Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – PósARQ/UFSC, Professora do Centro de Engenharias da UFPel, [acessiarq@gmail.com](mailto:acessiarq@gmail.com)

(2) Arquiteta, Mestre em Arquitetura e Urbanismo pelo PósARQ/UFSC, Professora dos Cursos de Arquitetura e Urbanismo da Univali e da Unifebe, [embenvegnu@hotmail.com](mailto:embenvegnu@hotmail.com)

(3) Arquiteta, Doutora em Engenharia de Produção, Professora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina, [vera.binsely@gmail.com](mailto:vera.binsely@gmail.com)

Universidade Federal de Santa Catarina, Departamento Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Florianópolis-SC, Caixa Postal 476, 88040-900, Tel.: (48) 3721-9797

### **RESUMO**

A pesquisa desenvolvida tem como objetivo avaliar as condições de acessibilidade espacial em edificação histórica preservada na cidade de Florianópolis. Para o desenvolvimento do estudo, adotaram-se diferentes métodos e técnicas, como: pesquisa bibliográfica, levantamento documental, visita exploratória, entrevistas e questionários. Durante a visita, foram realizados levantamentos métrico e fotográfico, além do preenchimento de informações relevantes em planilha de avaliação. Os resultados apontaram que algumas intervenções necessitam ser executadas no espaço físico da edificação e seu entorno a fim de garantir que todas as pessoas possam dele fazer uso, com conforto e segurança. Algumas sugestões puderam ser propostas a fim de solucionar os problemas identificados, considerando a importância de se preservar a autenticidade do bem histórico e, ao mesmo tempo, intervir para torná-lo acessível.

Palavras-chave: edificação histórica, intervenção, acessibilidade espacial.

### **ABSTRACT**

The developed research aimed at evaluate the spatial accessibility conditions in historical building preserved in the city of Florianopolis. For the study development, were adopted different methods and techniques, such as literature, documentary survey, exploratory visits, interviews and questionnaires. During the visit, were included in metric and photographic weighing, besides completing relevant information in spreadsheet evaluation. The results showed that some interventions need to be implemented in the physical space of the building and its surroundings to ensure that all people can make use of it, with comfort and safety. Some suggestions could be proposed in order to solve the problems identified, considering the importance of preserving the authenticity of the historic property, while intervening to make it accessible.

Keywords: historical building, intervention, spatial accessibility.

## 1. INTRODUÇÃO

O patrimônio é a nossa herança do passado, com que vivemos hoje, e que passamos às gerações vindouras. Françoise Choay define que a expressão patrimônio histórico se refere a:

[...] um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e *savoir-faire* dos seres humanos (2006, p.11).

Por Patrimônio Histórico entende-se bem móvel, imóvel ou natural, que possua reconhecido valor para uma sociedade, podendo ser estético, artístico, documental, científico, social, espiritual ou ecológico. Os registros sobre este tema dão conta que a sistematização de atividades com vistas à preservação do patrimônio histórico iniciou-se no século XIX, no período pós-guerra e durante a revolução industrial, visando restaurar os monumentos destruídos ou danificados.

A escolha pelo Bar e Restaurante Armazém Vieira para o desenvolvimento do trabalho se deu por tratar-se de uma edificação que faz parte do patrimônio histórico da cidade de Florianópolis e que, ao mesmo tempo, possui uso comercial, atendendo uma diversidade de pessoas, entre elas estrangeiros e pessoas com deficiências.

De acordo com Bollo (2005), Armazém Vieira é o nome de uma edificação histórica construída em 1840, localizado na Ilha de Santa Catarina, no sul do Brasil. O prédio possui forte influência da arquitetura de Açores.

Atualmente, o uso do edifício é misto, tendo parte da edificação destinada a bar e restaurante e o restante destinado à fabricação de cachaça envelhecida.

O prédio foi reconhecido como patrimônio histórico em abril de 1984, pelo Decreto Municipal 063/84. Conforme Rodas (2005), em abril de 1985 foi concluída sua restauração com a finalidade de abrigar a fábrica de cachaça e o bar Armazém Vieira.

Por uma questão cultural da época, muitas construções que hoje são preservadas dificultam ou não possibilitam o acesso à edificação, em especial às pessoas com deficiências ou com algum tipo de restrições, seja ela de mobilidade ou sensorial, como visual ou auditiva.

Para que possam ocorrer intervenções nessas edificações históricas, principalmente àquelas ligadas ao atendimento da legislação sobre acessibilidade, é necessário anteriormente reconhecer os principais elementos arquitetônicos que garantem a autenticidade do patrimônio. De acordo com Stovel (2007), entende-se por autenticidade “[...] a capacidade que um bem cultural possui para transmitir seu significado e importância no tempo”.

Ferreira (2011) afirma que, para garantir a preservação de um bem, “[...] é necessário diagnosticar os valores a ele atribuídos, por meio da avaliação da autenticidade”. Além disso, o autor afirma que “Toda e qualquer intervenção no patrimônio construído apresenta algum impacto sobre os aspectos que conformam suas dimensões e, portanto, seus valores e a maneira com que o grupo ou comunidade se identifica com este bem” (FERREIRA, 2011).

Por outro lado tem-se a questão da acessibilidade, que deve ser considerada na proposição de projetos, visto que está relacionada ao ato de planejar espaços e/ou produtos que possam ser utilizados por indivíduos com diferentes habilidades, sem a necessidade de adaptações ou modificações.

A inserção de parâmetros de acessibilidade em edifícios históricos deve ser tratada como uma intervenção necessária para garantir o acesso e uso de todas as pessoas aos espaços visto que, na época de suas construções, não havia a preocupação em incluir pessoas com deficiências na sociedade.

Conforme Andrade (2009), “É fundamental aplicar a legislação de acessibilidade nos projetos de revitalização desses bens tombados para que, ao abrigarem novas funções, possam ser utilizados por um público diversificado, independente de suas capacidades ou limitações”.

Ressaltam-se os dados obtidos a partir do último Censo do IBGE (2010), divulgados em novembro de 2011, os quais indicam que 23,9% da população brasileira tem algum tipo de deficiência, seja ela visual, auditiva, motora e mental ou intelectual. Comparando esses dados com os do último Censo, realizado em 2000, nota-se um crescimento expressivo no número de pessoas que declarou algum tipo de deficiência visto que, naquela ocasião, 14,5% da população total afirmou ter algum tipo de deficiência. Cabe lembrar também

das pessoas com alguma limitação, temporária ou não, como mulheres grávidas ou com carrinhos de bebê. Além disso, observa-se um crescente aumento na população idosa que, ao longo dos anos, costuma apresentar diversas limitações na realização de atividades devido ao processo natural de envelhecimento.

Para exemplificar, podemos mencionar uma pessoa em cadeira de rodas que não consegue entrar em um edifício: o problema não está na deficiência que exige dessa pessoa o uso de uma cadeira de rodas em seu deslocamento, mas sim na largura da porta inadequada e/ou na ausência de uma rampa para vencer degraus ou desníveis existentes. É preciso, portanto, adequar o meio em que vivemos a fim de garantir as mesmas oportunidades a todas as pessoas.

A seguir é exposto o objetivo do estudo. Logo após, são apresentados os principais conceitos adotados em relação à acessibilidade para o desenvolvimento do trabalho. Em seguida são descritos os métodos e técnicas aplicados e, por fim, são exibidos os resultados alcançados.

## **2. OBJETIVO**

Neste estudo buscou-se realizar uma avaliação das condições de acessibilidade espacial a uma edificação histórica e seu entorno imediato. A intenção é identificar possíveis barreiras arquitetônicas<sup>1</sup>e, em caso positivo, propor sugestões para intervenções que visem garantir condições de acesso e uso a todos os espaços por todas as pessoas. Para a realização do trabalho proposto foram utilizados como referência na avaliação dos espaços os quatro componentes de acessibilidade espacial propostos por Dischinger, Bins Ely e Piardi (2012).

## **3. ACESSIBILIDADE ESPACIAL**

A acessibilidade, no âmbito do conhecimento de arquitetura e urbanismo, vai além de espaços que possam ser utilizados por todas as pessoas de forma equivalente. Dischinger, Bins Ely e Piardi (2012) definem que “acessibilidade espacial significa bem mais do que poder atingir um lugar desejado. É também necessário que o local permita ao usuário compreender sua função, sua organização e relações espaciais, assim como participar das atividades que ali ocorrem”. É importante mencionar que essas ações devem ser executadas com segurança, conforto e independência.

Salienta-se, então, a importância da fruição na vivência dos espaços, quer sejam abertos ou fechados, nos percursos, na identificação e uso dos objetos como condição necessária à acessibilidade espacial de forma a incluir todos os cidadãos.

Do mesmo modo as autoras Duarte e Cohen (2006, p.3) afirmam que “a acessibilidade ao espaço construído não deve ser compreendida como um conjunto de medidas que favoreceriam apenas às pessoas com deficiência - o que poderia até aumentar a exclusão espacial e a segregação destes grupos, mas sim medidas técnico-sociais destinadas a acolher todos os usuários em potencial”.

A partir disso, pode-se dizer que considerar a acessibilidade, no âmbito da arquitetura e do urbanismo, é projetar produtos, edifícios e cidades que possam ser utilizados com conforto, segurança, autonomia e de forma igualitária por todas as pessoas, independente de suas capacidades ou limitações.

A fim de orientar ações de avaliação das condições de acessibilidade espacial bem como a fiscalização dessas condições em edifícios públicos, Bins Ely, Dischinger e Piardi (2012) definiram quatro categorias denominadas de componentes de acessibilidade espacial, que são elas: orientação espacial, comunicação, deslocamento e uso. Conforme as autoras, “cada componente é constituído por um conjunto de diretrizes que definem características espaciais de forma a permitir a acessibilidade aos edifícios públicos e minimizar possíveis restrições”.

A seguir descreve-se uma breve contextualização das definições de cada um dos componentes abordados pelas autoras, os quais referem-se aos requisitos ambientais que um espaço deve reunir para garantir os aspectos positivos da interação<sup>2</sup> entre o indivíduo e o meio ambiente construído.

---

<sup>1</sup> Entende-se por barreira arquitetônica qualquer elemento instalado ou edificado que impeça a aproximação, transferência ou circulação no espaço, mobiliário ou equipamento urbano.

<sup>2</sup> Entende-se interação como a interdependência ou reciprocidade complexa entre dois domínios que caracterizam a bidirecionalidade pessoa-ambiente, um domínio exercendo influência no outro.

### 5.1.1 Orientação espacial

As condições ambientais de orientação espacial se referem à capacidade da pessoa em identificar e compreender o entorno imediato em que se encontra além da possibilidade de definir as estratégias de ação.

Os requisitos ambientais necessários à orientação espacial dizem respeito à possibilidade da pessoa localizar os ambientes, identificar a sua função, organização e direções a seguir. As condições ambientais devem possibilitar à pessoa saber onde está e para onde deseja ir além de possibilitar o deslocamento, o uso e a participação.

### 5.1.2 Uso

Refere-se às possibilidades de uso dos espaços, dos equipamentos e mobiliários além da possibilidade de desfrutar dos bens e serviços obtidos através da realização, participação e interação nas atividades finais. Referem-se também a um arranjo físico acessível do espaço que possibilita à realização das atividades além de elementos que possibilitam agarrar, manipular, alcançar, pinçar, acionar objetos e ou dispositivos em geral como interruptores, maçanetas ou trincos.

### 5.1.3 Deslocamento

Está relacionado à possibilidade de movimento e deslocamento ao longo de percursos horizontais, planos verticais (através do uso de elevador ou plataforma) e inclinados (através de escada rolante, rampas ou equipamentos eletromecânicos) de forma segura e confortável. A condição de deslocamento pode estar ou não associada à ajuda de equipamentos auxiliares como andadores, cadeira de rodas, bengalas, cão guia e outros.

### 5.1.4 Comunicação

As condições de comunicação dizem respeito às possibilidades de troca de informação quer seja interpessoais ou informações através da utilização de equipamentos de tecnologia assistiva que possibilitam a ação de intercâmbio da informação necessário para o desenvolvimento de uma atividade.

Para que se obtenha a acessibilidade espacial, é necessário que se atenda aos componentes em sua totalidade. Cabe salientar que a ausência de um destes resulta no comprometimento dos demais.



Figura 1 – Placa com informações orienta o indivíduo no Aeroporto Internacional Afonso Pena, Curitiba/PR (acervo próprio)



Figura 2 – Sanitário adaptado possibilita o uso por todas as pessoas, independente de suas habilidades ou restrições. Aeroporto de Montevidéu. (acervo próprio)



Figura 3 – Inserção de rampa no acesso à loja, junto ao Terminal de Embarque do Aeroporto de Confins, permite que pessoa em cadeira de rodas frequente o interior da loja – Belo Horizonte/MG (acervo próprio)



Figura 4 – Telefones com teclas grandes, associadas às imagens, facilitam a percepção de crianças e idosos (acervo: V.H. BINS ELY)

## **4. MÉTODOS E TÉCNICAS**

O trabalho foi desenvolvido através de diferentes métodos que se complementaram ao longo do estudo, como estudos bibliográficos, levantamentos documentais, visitas exploratórias, entrevista não-estruturada com o proprietário do estabelecimento e aplicação de questionários aos funcionários e aos clientes.

Em relação aos métodos, pode-se afirmar que o estudo bibliográfico foi importante para o conhecimento do tema e a definição dos outros métodos que seriam utilizados no desenvolvimento do trabalho. O levantamento documental apresentou o histórico da edificação, sua importância para a cidade, estratégias de preservação e principais características arquitetônicas que devem ser consideradas no caso de possíveis intervenções, além de plantas arquitetônicas do edifício.

Para a realização das visitas exploratórias, foi elaborada e aplicada uma planilha baseada no roteiro de vistoria do CREA-RS em 2004 e nas planilhas desenvolvidas por Dishinger, Bins Ely e Piardi (2012) para o Programa de Avaliação das Condições de Acessibilidade do Ministério Público de Santa Catarina. Estas planilhas levam em consideração os parâmetros técnicos estabelecidos pela NBR 9050/04 e pelo Decreto Federal 5.296/2004 e o atendimento aos quatro componentes de acessibilidade espacial definidos por Dishinger, Bins Ely e Piardi (2012).

A planilha conta com cinco colunas: na primeira, estão relacionados todos os aspectos a serem avaliados; na segunda, é indicado se este elemento/objeto é positivo ou negativo da forma como se apresenta; na terceira, o técnico responsável pela avaliação tem a liberdade de escrever suas observações sobre a situação visualizada; a quarta coluna destina-se a exposição de uma imagem ilustrativa da situação ou objeto; na quinta e última coluna são apontados os componentes de acessibilidade relacionados ao problema evidenciado.

O tratamento dos dados foi sintetizado em quadro-síntese, que não será apresentado na íntegra neste artigo em função de sua dimensão. Serão expostos, somente, os principais resultados atingidos.

## **5. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

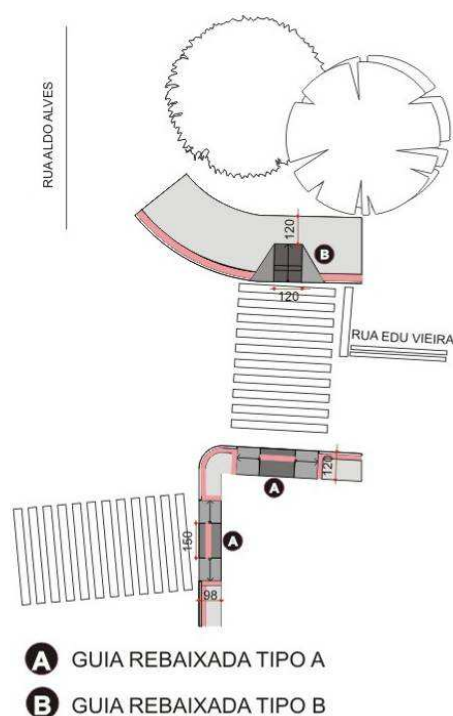
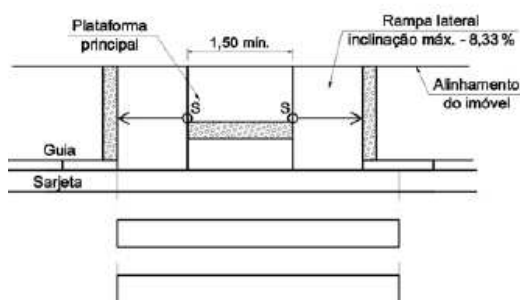
Para fins deste artigo optou-se por dividir os resultados em duas partes: área externa (áreas de acesso ao edifício / entorno imediato) e área interna da edificação, de uso público (neste estudo não foi analisada a acessibilidade espacial em relação aos espaços privativos de uso e domínio dos funcionários e proprietários).

### **5.1. Área Externa**

A área externa é composta pelo entorno imediato - calçada e acesso ao edifício – e área de estacionamento.

#### **5.1.1. Em relação ao entorno imediato:**

- Observa-se na imagem abaixo a existência de faixa de segurança para travessia. No entanto, não há guias rebaixadas entre a calçada e o leito carroçável para a travessia segura de pessoas em cadeira de rodas ou mesmo de mães com carrinhos de bebês. A proposta é de implantação de guias rebaixadas em todos os pontos de travessia e, na impossibilidade do rebaixamento devido a calçada ser estreita, aponta-se o rebaixamento total da largura da calçada, conforme exige a norma 9050/2004 (item 6.10.11). Há também a possibilidade de elevação do leito carroçável no local de implantação da faixa a fim de promover a concordância entre os níveis das calçadas em ambos os lados da via.



Figuras 5, 6 e 7 – Ausência de guias rebaixadas (acervo próprio); Inserção de guias rebaixadas (acervo próprio); Modelo de guia rebaixada 'tipo A' possível a ser inserida (acervo ABNT NBR9050/2004)

- Existência de obstáculos (barreiras físicas) no meio da calçada, dificultando e, muitas vezes, impossibilitando a passagem de transeuntes. Sugere-se deslocar todos os equipamentos, mobiliários e árvores que estejam localizados no meio do passeio para as laterais ou realocar esses elementos de impedância que interferem no fluxo dos pedestres.
- Ausência de sinalização tátil nos passeios destinado a constituir alerta ou linha guia perceptível por pessoas com deficiência visual. Sugere-se a colocação de faixa de piso alerta nos passeios que não possuem nenhuma sinalização tátil.

A partir dessas sugestões e diretrizes é possível criar rotas acessíveis entre os dois pontos de ônibus mais próximos até a entrada do estabelecimento, bem como uma rota acessível do estacionamento até a entrada da edificação.

### 5.1.2. Em relação ao estacionamento:

- Ausência de delimitação de vagas. A proposta é de realizar a delimitação das vagas de veículos. Cabe lembrar que a Norma 9050/2004 determina que 5% das vagas do estacionamento devem destinar-se a deficientes. A mesma deve possuir identificação horizontal e vertical e localizar-se o mais próximo do estabelecimento.
- Pavimentação inadequada para a circulação de cadeirantes e deficientes visuais. A sugestão é a colocação de um piso antiderrapante, regular e constante, para que seja possível a circulação de cadeirantes e deficientes visuais, em vistas ao Desenho Universal.
- Ausência de qualquer tipo de sinalização. A proposta é de realizar a inserção de sinalização horizontal e vertical destinada para as vagas de deficientes.





Figuras 8 e 9 – Foto geral do estacionamento; Proposta para o estacionamento (acervo próprio)

### 5.1.3. Em relação ao acesso ao edifício:

- Dificuldade de identificar a entrada principal de forma rápida e clara, devido à ausência de informação e sinalização, em conjunto com a composição arquitetônica do prédio. Além disso, o acesso principal é feito através de dois degraus e não possibilita o ingresso de cadeirantes, bem como dificulta o ingresso de pessoas com mobilidade reduzida.



Figuras 10 e 11 – Dificuldade de encontrar o acesso principal do edifício; Degrau impede que pessoas em cadeiras de rodas acessem a entrada principal do estabelecimento.



Figura 12 – Proposta de novo acesso ao bar (acervo próprio).

- O acesso principal ao estabelecimento, que antes ocorria pela lateral, passou a funcionar onde, antes, era ocupado pelo acesso de serviço. Pretende-se assim, permitir que um número maior de pessoas tenha possibilidade de frequentar o estabelecimento, sem ter que passar por nenhum tipo de constrangimento, o que antes era impossível. A idéia de mudar o acesso principal acabou também por alterar o zoneamento interno da edificação e possibilitou que o pátio que hoje é usado apenas como uma área de circulação, funcione também como parte integrante do bar.
- A partir dessa modificação, o pátio deixa de servir apenas como circulação e passa a fazer parte do restante do estabelecimento, recebendo mesas, cadeiras e um bar para atender as pessoas. Com isso, outras mudanças seriam necessárias para o bar manter um bom zoneamento. O caixa, por exemplo, que se

localizava próximo à antiga entrada, daria lugar para o palco; já o novo caixa seria edificado junto ao novo acesso do edifício.

- Sugere-se, ainda, que o novo acesso ao estabelecimento seja bem iluminado e possua sinalização suficiente para que as pessoas identifiquem-no com maior clareza e agilidade.

## 5.2. Área Interna

A área interna é composta pela área do bar, circulação horizontal, circulação vertical, banheiro, mezanino, fábrica de cachaça envelhecida, sinalização e comunicação e foi dividida dessa forma para a designação dos problemas e determinação de sugestões e diretrizes.

### 5.2.1. Em relação à área do bar:

- Os bancos não apresentam possibilidades de uso por pessoas de diferentes estaturas. Propõe-se a colocação de bancos de diferentes alturas.
- O balcão de atendimento não apresenta espaço nem altura para a aproximação de cadeiras de rodas. A sugestão é que o balcão de atendimento apresente duas alturas e espaço que permita a aproximação de uma pessoa em cadeira de rodas, de acordo com a NBR 9050/2004.
- Não existe definição de um espaço como palco. Na área usada para a apresentação pode-se observar vários instrumentos e equipamentos utilizados no show que, em outros momentos, podem se transformar em barreiras físicas para as pessoas que por ali transitam. Sugere-se o uso de uma textura de piso diferenciada para delimitar o espaço para os músicos e seus equipamentos, evitando um conflito de diferentes atividades neste mesmo local.

### 5.2.2. Em relação aos sanitários:

- Os sanitários não são acessíveis para pessoas com deficiências ou com mobilidade reduzida: vão da porta menor que o exigido pela norma, maçanetas estragadas e de difícil manuseio, ausência de barras de apoio e bacias sanitárias em altura inadequada. Neste caso, sugere-se a alteração do projeto com o intuito de tornar os banheiros acessíveis para o maior número de pessoas possível, sem causar nenhum tipo de constrangimento aos usuários do estabelecimento.

**5.2.3. Em relação às circulações** propõe-se a retirada do excesso de mobiliário que, muitas vezes, formam barreiras físicas para os usuários. Além disso, seria interessante a inserção de uma rota acesso acessível, desde o acesso principal até a escada que leva ao mezanino, possibilitando assim que cegos e pessoas com baixa visão se orientem até chegarem ao espaço localizado no piso superior; sugere-se, ainda, a inserção de guarda-corpo na escada de acesso ao mezanino.



Figura 13 – Ausência de guarda-corpo ao longo da escada (acervo próprio)



Figura 14 – Rota Acessível indicando caminho que leva à escada de acesso ao mezanino, aos sanitários e ao balcão do caixa (acervo próprio)

### 5.2.4. Em relação ao mezanino, propõe-se:

- Pontos e tipos de iluminação variados, já que o estabelecimento abrange diferentes atividades como, por exemplo, serviço de bar e restaurante e, ao mesmo tempo, boate;
- Bancos de diferentes alturas para possibilitar que o balcão de atendimento seja utilizado por pessoas de diferentes estaturas;
- Criação de áreas de circulação com maiores dimensões, atendendo ao mínimo especificado em norma.



**5.2.5. Em relação à fábrica de cachaça**, propõe-se a previsão de pontos e tipos de iluminação variados, já que o estabelecimento abrange diferentes atividades como, por exemplo, serviço de bar e restaurante e, ao mesmo tempo, boate;

**5.2.6. Em relação à sinalização interna**, propõe-se que sejam inseridas placas identificando os principais ambientes do estabelecimento, tais como, Bar/Restaurante, Fábrica de Cachaça e Mezanino, além de sinalização visual e tátil nos sanitários.

**5.2.7. Em relação aos sistemas de comunicação**, a NBR 9050/2004 recomenda que todos os estabelecimentos tenham, pelo menos, um cardápio em Braille. Além disso, é importante salientar que, para o atendimento de pessoas com deficiência auditiva, seria interessante que o cardápio apresentasse a descrição dos produtos oferecidos e seus respectivos valores.

## 6. CONCLUSÕES

O desenvolvimento deste trabalho proporcionou o contato com diferentes conceitos como acessibilidade espacial e seus componentes e patrimônio histórico. Pôde-se ainda identificar as dificuldades encontradas por pessoas com deficiências no uso do espaço, seja ele público ou privado.

A partir dos métodos e técnicas empregados neste estudo foi possível atingir ao objetivo do trabalho e, ainda avançar no conhecimento, propondo sugestões para o tratamento dos espaços estudados, levando em consideração os principais problemas identificados. Foram desenvolvidas sugestões e diretrizes de projeto com o intuito de melhorar a acessibilidade do local e sua ambiência.

A utilização de diferentes métodos e técnicas foi extremamente importante, pois complementou os resultados obtidos a partir da opinião dos usuários do espaço com a dos técnicos que realizaram o levantamento fotográfico e métrico da edificação e entorno.

Cabe salientar que, para intervir visando tornar um espaço acessível, é imprescindível o desenvolvimento de uma pesquisa a fim de conhecer as características mais significativas do estilo arquitetônico da edificação. A partir disso, pode-se buscar exemplos positivos de intervenções para resolver problemas semelhantes àqueles identificados e que, ao mesmo tempo, não conflitem com àquelas características históricas que transmitem o valor do bem preservado.

Revitalizar um bem tombado e, ao mesmo, torná-lo acessível, exige decisões de projeto criteriosas (ANDRADE e BINS ELY, 2012, p.78). As autoras afirmam ainda que “estas decisões devem se embasar em um diagnóstico das principais dificuldades enfrentadas pelos usuários com deficiências.” (2012, p.78).

Dessa forma, aponta-se a importância do estudo realizado para a formulação de um rol de problemas acerca das condições de acessibilidade em bens preservados pelo tombamento.

Aponta-se, por fim, a necessidade da formulação de diretrizes de acessibilidade espacial em edificações históricas, buscando auxiliar na tomada de decisões em situações específicas, como aquelas em que os parâmetros de acessibilidade conflitam com os de preservação e, dessa forma, contribua para o aprimoramento da legislação de acessibilidade em bens tombados.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABNT NBR 9050. *Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências a edificações, espaço, mobiliário e equipamentos urbanos*. Rio de Janeiro, ABNT, 2004.
- ANDRADE, Isabela Fernandes. *Diretrizes para Acessibilidade em Edificações Históricas a partir do estudo da Arquitetura Eclética em Pelotas-RS*. Florianópolis, 26 de junho de 2009. 212p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação, UFSC, 2009.
- ANDRADE, Isabela Fernandes; BINS ELY, Vera Helena Moro. *Edificações históricas preservadas: intervir para torná-las acessíveis*. Revista Ação Ergonômica: volume 7, número 2. p.76-91. 2012.
- BOLLO, Renato H. G.; SCHRADER, Wolfgang W. *Histórico da cachaça da ilha de Santa Catarina primórdios: pirataria e navegação à vela*. Disponível em <<http://www.armazemvieira.com.br/>>. Acesso em 05/06/2005.
- BRASIL. *Decreto Federal 5296*, de 2 de dezembro de 2004. Disponível em <[www.acesso.org.br/](http://www.acesso.org.br/)> – Acesso em 14/12/2007.
- CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio* / Françoise Choay; tradução de Luciano Vieira Machado. 3ª ed. – São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006. 288p.
- CREA-RS. *Roteiro de Vistoria: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos*. GT Acessibilidade CREA-RS, 2004. Revisado em 2007. Disponível em: <[http://www.crea-rs.org.br/crea/pags/acessibilidade/roteiro\\_vistoria.pdf](http://www.crea-rs.org.br/crea/pags/acessibilidade/roteiro_vistoria.pdf)>. Acesso em 14/04/2013.

- DISCHINGER, Marta. *Promovendo a acessibilidade espacial nos edifícios públicos: Programa de Acessibilidade às Pessoas com Deficiência ou Mobilidade Reduzida nas Edificações de Uso Público* / Marta Dischinger, Vera Helena Moro Bins Ely, Sonia Maria Demeda Groisman Piardi. – Florianópolis: MPSC, 2012. 161p.
- DUARTE, Cristiane Rose de Siqueira; COHEN, R. *Proposta de Metodologia de Avaliação da Acessibilidade aos Espaços de Ensino Fundamental*. In: Anais NUTAU 2006: Demandas Sociais, Inovações Tecnológicas e a Cidade. São Paulo, USP: 2006. 12p.
- FERREIRA, Oscar Luís. *Patrimônio Cultural e Acessibilidade: as intervenções do programa Monumenta, de 2000 a 2005*. Tese de Doutorado do Programa de Pesquisa e Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – PPG/FAU/UNB. Brasília: 2011.
- IBGE. *Censo Demográfico 2000*. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/censo>>. Acesso em 12/04/2008.
- IBGE. *Censo Demográfico 2010*. Disponível em <<http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em 10/04/2013.
- RODAS, Fabio Grasso. *Inovação na produção de cachaça de qualidade: Estudo de caso Armazém Vieira – Florianópolis/SC*. 2005. 79f. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Universidade Federal de Santa Catarina
- STOVEL, Herb. *Effective Use of Authenticity and Untegrity as World Heritage Qualifying Conditions*. City & Time, 2(3):3, p.21-26, 2007. Disponível em: <<http://www.ct.ceci-br.org>>. Acesso em 30/01/2009.